

MANIFESTO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA CONTRA OS CORTES NO ORÇAMENTO E POR MAIS INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO PÚBLICA

Convocada pelas entidades da educação federal (ANDES-SN, FASUBRA, SINASEFE, FENET, OE-UNE e ANEL), aconteceu nesta segunda-feira, dia 06 de julho de 2015, em Brasília-DF, a reunião da educação federal com o eixo “Em defesa da educação pública: contra os cortes no orçamento e por mais investimento em educação pública”, que contou com a participação de mais de 600 estudantes e trabalhadores da educação. Em meio a uma conjuntura de intensificação dos ataques aos direitos dos trabalhadores e da juventude, o Governo Federal aponta como saída para crise o ajuste fiscal (incluindo as Medidas Provisórias 664 e 665), explicitando o seu projeto de implementar medidas neoliberais, cuja consequência é a recessão econômica, o desemprego e o sucateamento do já precarizado serviço público. Aliado às decisões conservadoras do Congresso Nacional, como a aprovação da redução da maioria penal e da regulamentação da terceirização, se intensificam os ataques aos trabalhadores e à juventude.

Em decorrência desta política, os cortes no orçamento da educação de R\$ 9,4 bilhões ampliaram a precarização da educação pública, cujas condições de trabalho e estudo estão inviabilizando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. São exemplos disso, a demissão e atraso no salário dos trabalhadores terceirizados, falta de infraestrutura, de docentes e técnico-administrativos, cortes na assistência estudantil, dentre outros aspectos. Ao mesmo tempo, os repasses de recursos públicos para as empresas educacionais, o pagamento da dívida pública e o agronegócio foram mantidos e ampliados, bem como a intensificação dos processos de mercantilização da educação, através da privatização dos Hospitais Universitários com a criação da EBSEH e de programas como PROUNI, PRONATEC e FIES que transferem recursos públicos para a iniciativa privada.

Para os trabalhadores da educação federal, esta política governamental tem como consequência: perdas salariais significativas, desestruturação das carreiras, diminuição do quadro de técnico-administrativos e docentes e falta de condições adequadas de trabalho; que tem como desdobramento a intensificação do trabalho, terceirização, assédio moral, rotatividade, produtivismo e adoecimento dos trabalhadores. Cabe destacar que a decisão do STF de que a contratação via Organizações Sociais (OS) é constitucional, referendado pela CAPES e pelo documento “Pátria Educadora”, expressa a intenção de consolidar medidas que atacam o Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais e apontam para a destruição do serviço público.

Os cortes na educação atingem igualmente o conjunto dos estudantes, agravando ainda mais a realidade das obras inacabadas, laboratórios mal-equipados - em especial nas escolas técnicas -, e a falta de docentes e técnico-administrativos, frutos da expansão precarizada. O governo demonstra que não está preocupado em manter a ainda restrita parcela da juventude que teve acesso a universidade e IFs, pois a política de assistência estudantil que é fundamental para a permanência dos estudantes socialmente fragilizados, sobretudo negros e negras, mulheres e LGBTs, está sendo desmontada. Além da Assistência Estudantil, as bolsas de projetos de ensino, pesquisa e extensão, a exemplo do PIBID e PIBIC, estão sendo cortadas e os projetos em andamento sofrem com a falta de verbas e resulta em atrasos nos pagamentos das bolsas para estudantes.

Diante deste cenário, o desafio colocado para os trabalhadores da educação e a juventude é a retomada da construção de um projeto de educação pública classista,

popular, estatal, gratuita, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada como enfrentamento ao projeto de educação privatista e empresarial do governo federal.

Como resposta à estes ataques, é importante reafirmar o fortalecimento das lutas unificadas da educação federal que avance para além dos muros da universidade, em conjunto com os servidores públicos federais, dialogando com a população e com as demais categorias de trabalhadores em direção à greve geral. Nesse sentido, é fundamental que estudantes, técnico-administrativos, docentes e trabalhadores terceirizados construam as lutas em conjunto em cada instituição, articuladas às suas entidades representativas em âmbito local, estadual e nacional para unificar a luta contra os cortes no orçamento e por mais investimento em educação pública.

Brasília, 6 de julho de 2015

ANDES-SN - SINASEFE - FASUBRA - OE UNE - ANEL - FENET